



3390

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0340808-4  
Agravante: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS  
Procurador: Jorge Andrade de Medeiros  
Agravado: Edvânio Nonato da Silva  
Advogado: Edilena Accioly Freij

**EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. AUXÍLIO-ACIDENTE. DECISÃO TERMINATIVA. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AO CAPUT DO ART. 557/CPC. NÃO CARACTERIZADA. LAUDO OFICIAL RECONHECENDO AUSÊNCIA DO NEXO CAUSAL ENTRE A DOENÇA E O LABOR DO RECLAMANTE. NÃO PREVALÊNCIA EM FACE DO ACERVO PROBANTE CONSTANTE DOS AUTOS. CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE. POSSIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO. IMPROVIDO. DECISÃO MAJORITÁRIA.**

1. Revisitando a decisão terminativa proferida na sede de apelo, tem-se que houve vasta transcrição de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal Local asseverativa da aplicação do princípio do *in dubio pro misero* e da desvinculação do magistrado ao laudo oficial quando existem nos autos outras provas capazes de formar seu convencimento, o que permitiu o provimento parcial do recurso com a concessão do benefício específico, sem qualquer afronta ao caput do art. 557, do CPC.

2. Os autos noticiam que o autor, ora recorrente, trabalha para a empresa Autolatina Brasil S/A, na função de prático, desde 05.09.1994 e que no desempenho de suas funções laborais, o mesmo fazia montagens de chicotes deveras pesados, retirando-os de cima da mesa e os colocando em cima de um carrinho, para outra máquina, e aos manuseá-los, segurava vários ao mesmo tempo, em forma de rolo. Consta ainda que o trabalho exercido, era realizado em pé e com os braços levantados, na altura dos ombros e em movimentos constantes e repetitivos, durante uma jornada bastante extensa, haja vista que o trabalho desempenhado exigia produtividade.

3. Ao contrário do afirmado pela Autarquia Federal, o autor tem direito à percepção do auxílio-acidente, porquanto restou demonstrado à vista dos elementos de prova acostados aos autos o nexo causal entre a moléstia e o ofício exercido, bem como a redução de sua capacidade laboral para o trabalho por ele habitualmente



**Poder Judiciário**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

realizado, pressupostos geradores do direito ao benefício pleiteado, em conformidade com o art. 86, da Lei Previdenciária.

4. Ademais, a própria recorrente através do documento de fls. 122/123 (solicitação de Readaptação Profissional), reconhece ser contraindicadas ao autor atividades que exijam carregamento de peso, longo período sentado, atividades repetitivas com membro superiores, inclusive, o INSS lhe concedeu o Certificado de Habilitação para a função de Agente de Portaria.

5. Por fim, não há que se falar na concessão do benefício de auxílio-acidente a partir da data de apresentação do laudo em juízo. Apreciando a matéria no Recurso Especial processado nos termos do art. 543-C do CPC, o Superior Tribunal de Justiça reafirmou entendimento de que, havendo indeferimento dos benefícios previdenciários de auxílio-acidente, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez no âmbito administrativo, termo inicial fixar-se-á na data do requerimento.

6. Recurso de Agravo improvido. Decisão por maioria.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo nº 0340808-4 acima mencionados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, na Sessão do dia 18/09/2014 por maioria de votos, negar-lhe provimento, nos termos do relatório e votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 26 de 09 de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



821  
70

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0340808-4  
Agravante: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS  
Procurador: Jorge Andrade de Medeiros  
Agravado: Edvânio Nonato da Silva  
Advogado: Edilena Accioly Frej

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo interposto contra os termos da decisão terminativa que deu provimento parcial ao recurso de apelação cível, modificando a sentença proferida nos autos da ação acidentária nº 0028716-11.2008.8.17.0001, para conceder ao autor o auxílio-acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento), mais abono anual.

Em suas razões de fls. 310/315, em síntese, o agravante alega que a decisão hostilizada não merece subsistir, porquanto proferida monocraticamente, de modo equivocado, à medida que a hipótese recursal não se insere em nenhum dos casos previstos no art. 557, do CPC.

Assevera que na espécie não se encontram configurados os requisitos necessários à concessão do auxílio pretendido pelo autor/recorrente, postulando ainda que seu termo inicial seja fixado a partir da data de apresentação do laudo pericial em juízo.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o regimental para julgamento perante esta Egrégia Segunda Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 18 de 09 de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0340808-4  
Agravante: Instituto Nacional de Seguro Social – INSS  
Procurador: Jorge Andrade de Medeiros  
Agravado: Edvânio Nonato da Silva  
Advogado: Edilena Accioly Freij

**VOTO**

*A priori*, digo que não assiste razão ao recorrente quando afirma que a decisão terminativa afrontou a disposição contida no *caput* do art. 557, a qual serviu de esteio para dar provimento parcial ao recurso de apelação interposto pela autora.

Revisitando aquela decisão, tem-se que houve vasta transcrição de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e deste Tribunal Local asseverativa da aplicação do princípio do *in dubio pro misero* e da desvinculação do magistrado ao laudo oficial quando existem nos autos outras provas capazes de formar seu convencimento.

Ainda que assim não fosse, a presente irresignação permite o encaminhamento de toda a matéria ao colegiado, como acontece nesta oportunidade e, de logo, afirmo que a predita decisão deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Os autos noticiam que o autor, ora recorrente, trabalha para a empresa Autolatina Brasil S/A, na função de prático, desde 05.09.1994 e que no desempenho de suas funções laborais, o mesmo fazia montagens de chicotes deveras pesados, retirando-os de cima da mesa e os colocando em cima de um carrinho, para outra máquina, e aos manuseá-los, segurava vários ao mesmo tempo, em forma de rolo. Consta ainda que o trabalho exercido, era realiado em pé e com os braços levantados, na altura dos ombros e em movimentos constantes e repetitivos, durante uma jornada bastante extensa, haja vista que o trabalho desempenhado exigia produtividade.

No ano de 1997, o autor começou a sentir fortes dores no ombro esquerdo, e após exames médicos, a empresa liberou a CAT, levando o INSS lhe conceder o auxílio doença e, posteriormente, o auxílio acidente, o qual foi suspenso em 14.03.2008. Sendo certo que o autor foi diagnosticado como portador de tendinopatia do supra espinhoso direito.

03 - RA-0340808-4

2



322

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

É cediço que para concessão dos pleitos postos nesta demanda há de ser constatado o nexo de causalidade entre o evento e o resultado danoso e, para fins de comprovação dos pressupostos geradores do benefício perseguido, a prova técnica revela-se de essencial importância, devendo o julgador apreciá-la e valorá-la diante do conjunto probatório e da norma jurídica aplicável à espécie.

*In casu*, tem-se que o apelante foi submetido à perícia médica em Juízo, tendo o perito oficial negado a existência do nexo de causalidade entre a doença do reclamante e o trabalho por ele exercido, bem como que as atividades de sobrecarga funcional podem desencadear processos inflamatórios, lesionando a estrutura histológica dos tendões e articulações, porém o processo é restrito e passível de cicatrização, determinando incapacidade apenas de natureza temporária.

Ora, para afastar as conclusões do perito, é mister que se apresentem outros elementos seguros e coesos capazes de justificar a descaracterização do laudo técnico apresentado, pois a perícia é prova especializada por excelência, cujo objetivo é suprir conhecimento técnicos que o Juiz, pela natureza deles, não tem ou, pelo menos, presume-se não tê-lo.

É certo que o magistrado não fica adstrito ao laudo pericial, contudo, necessariamente há de se ter outras provas nos autos a fundamentar sua convicção. No caso vertente, considerando todo o acervo probante inserto no caderno processual, tenho que merece reforma a decisão hostilizada.

Contrariando a peça técnica elaborada pelo perito do juízo, vieram aos autos vários laudos, fls. 226, 232, 235, 238, 241, 244, 247, 249, 252, 255, 258, 262 e 266, apresentados pelo Dr. José Gomes, reumatologista, inscrito no Conselho Regional de Medicina de Pernambuco sob o nº 2.676, com exceção do acostado às fls. 255 que fora assinado pelo Dr. Luís Carlos de Castro, CREMPE 17.190, conclusivos de que é aquele portador de hérnia discal lombar, tendinite do supra espinhoso (ombro direito), necessitando se afastar dos trabalhos por tempo indeterminado.

Com efeito, havendo divergências entre laudos periciais, em face da natureza eminentemente social da Lei de Infelizmente, deve ser aproveitado aquele que mais beneficie o trabalhador, isso em homenagem ao princípio do *in dubio pro misero*.

Vejam-se os arestos seguintes:

03 - RA-0340808-4



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

"ACIDENTE DO TRABALHO. LAUDOS DIVERGENTES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO "IN DUBIO PRO MISERO". INCAPACIDADE RELATIVA PARA O TRABALHO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE NO PERCENTUAL DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO ÚLTIMO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. 1.Havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do servente, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, em face de sua hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário. 2.Não obstante o juiz não estar prenotado ao laudo, é de ser impelido em consideração aquele elaborado por assistente técnico do acidentado, junto com as demais avaliações dos autos, corroborando a essência do nexo causal entre a atividade exercida e o sinistro. 3.Permanecendo o servente incapacitado para exercer, tão somente, a mesma atividade laborativa, faz ele jus à concessão de auxílio-acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício, conforme estabelece a Lei nº 9.528/97, que alterou o § 1º, do art. 86, da Lei nº 8.213/91. 4.A correção monetária das parcelas em atraso deve ser apurada na forma da Lei nº 6.689/81, aplicando-se índices abalizados pela Lei nº 8.231/91 e suas alterações posteriores a todas as prestações consideradas de per si. 5.Unanimemente, improveu-se o reexame necessário.Duplo Grau Obrig. Jurisdição. Nº 173378-8. 23.10.2008. Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto",

"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDOS DIVERGENTES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO MISERO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO TERMINATIVA COMBATVA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. Da análise do contexto probatório, especialmente da perícia médica de fls. 33 verso, firmada pelo assistente técnico, constata-se, estar-se diante de enfermidade incapacitante permanente e definitiva. Ponto pacífico nesta Corte é o de que, no conflito entre laudos, devem prevalecer àquele que seja mais favorável ao acidentado. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo. Recurso de Agravo nº 48261-7/01. 19.02.2008. Rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo".

Por seu turno, o laudo divergente há de estar corroborado por meio de outras provas, a fim de alicerçar as afirmações contidas em seu bojo. *In casu*, além dos referidos documentos produzidos, conforme acima indicado, o autor carregou com a petição inicial outros documentos que asseveram as alegações constantes da inicial.

08 - RA-0340808-4

4



023  
10

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Veja-se o aresto seguinte:

*"ACIDENTE DO TRABALHO. LAUDOS DIVERGENTES. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO "IN DUBIO PRO MISERO". INCAPACIDADE RELATIVA PARA O TRABALHO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE NO PERCENTUAL DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO ÚLTIMO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. 1.Havendo divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do servente, deve ser aproveitado aquele que melhor beneficie o trabalhador, em face de sua hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário. 2.Não obstante o juiz não estar prenotado ao laudo, é de ser impelido em consideração aquele elaborado por assistente técnico do acidentado, junto com as demais avaliações dos autos, corroborando a essência do nexo causal entre a atividade exercida e o sinistro. 3.Permanecendo o servente incapacitado para exercer, tão somente, a mesma atividade laborativa, faz ele jus à concessão de auxílio-acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento) do salário de benefício, conforme estabelece a Lei nº 9.528/97, que alterou o § 1º, do art. 86, da Lei nº 8.213/91. 4.A correção monetária das parcelas em atraso deve ser apurada na forma da Lei nº 6.689/81, aplicando-se índices abalizados pela Lei nº 8.231/91 e suas alterações posteriores a todas as prestações consideradas de per si. 5.Unanimemente, improveu-se o reexame necessário.Duplo Grau Obrig. Jurisdição. Nº 173378-8. 23.10.2008. Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto".*

Ademais, o autor já foi reabilitado para a função de porteiro, não havendo o que se questionar quanto ao grau de sua incapacidade, pois a Autarquia Federal ao promover sua reabilitação o considerou incapacitado para a função que desenvolvia anteriormente.

Com efeito, tenho que o acervo probante constante dos autos é suficiente para demonstrar o nexo causal, principalmente, quando se leva em consideração a função desenvolvida pelo recorrente, prático, exercendo suas funções montando pesados chicotes, em pé e com braços levantados, na altura dos ombros, com movimentos constantes e repetitivos e, ainda, destaque-se o princípio da não vinculação do magistrado ao laudo pericial produzido, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe:

*CIVIL E PROCESSUAL. ACÓRDÃO ESTADUAL. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. ACIDENTE DE TRABALHO. DOENÇA PROFISSIONAL. LER/DORT. NEXO CAUSAL. DANO. CONFIGURAÇÃO. RESPONSABILIDADE RECONHECIDA PELO TRIBUNAL A QUO.*



## **Poder Judiciário**

# **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo**

## **SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*MATÉRIA DE PROVA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7-STJ. VALOR. MANUTENÇÃO. PERÍCIA. VALORAÇÃO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. I. Não padece de nulidade o acórdão estadual que enfrenta fundamentadamente as questões essenciais ao deslinde da controvérsia. II. Pelo princípio do livre convencimento, o art. 145 do CPC apenas faculta ao Juiz o auxílio de um expert para a produção de necessária prova técnica, o que não se confunde com a vinculação do magistrado às conclusões da perícia. III. Entendido pelo Tribunal a quo que a recorrente teve responsabilidade na configuração do dano indenizável, tal circunstância fática não tem como ser reavaliada em sede de recurso especial, ao teor da Súmula n. 7 do STJ. IV. Reconhecida a responsabilidade da recorrente, cabível indenização, quantificada, no caso, em valor não abusivo. V. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, desprovido". (REsp 865803 / ES. Quarta Turma. 26.05.2010. Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR).*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. A ALEGADA CONTRARIEDADE A DISPOSITIVOS INFRACONSTITUCIONAIS NÃO RESTOU CONFIGURADA. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO NOS MOLDES REGIMENTAIS. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. 1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 2. "Para se chegar à conclusão diversa do Tribunal a quo, faz-se necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula 7/STJ". (Precedente: AgRg no Ag 688.221/PR, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJ de 27/8/2007.) 3. Com relação à concessão de aposentadoria por invalidez, este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido da desnecessidade da vinculação do magistrado à prova pericial, se existentes outros elementos nos autos aptos à formação do seu convencimento, podendo, inclusive, concluir pela incapacidade permanente do segurado em exercer qualquer atividade laborativa, não obstante a perícia conclua pela incapacidade parcial. (Precedente: AgRg no Ag 1102739/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJe 09/11/2009) 4. O alegado dissídio jurisprudencial não restou demonstrado nos moldes legal e regimentalmente exigidos (arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255 e §§ do Regimento). 5. Agravo regimental a que se nega provimento". (AgRg no Ag 1420849 / PB. Sexta Turma. 28.11.2011. Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS))*



324  
AP

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

De outra parte, nestes autos não constam elementos de certeza quanto a incapacidade laborativa total, definitiva e absoluta do autor, em face das sequelas que porta, a permitir a concessão de sua aposentadoria.

Assim diante do exposto, dou provimento parcial ao apelo para, em consequência, conceder ao autor/recorrente o auxílio acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento), mais abono anual.

Na presente sede recursal, o inconformismo da Autarquia Federal prende-se ao fato de não restar configurado que as sequelas portadas pelo agravado tenham reduzido sua capacidade laborativa, a permitir a concessão do auxílio-acidente nos termos do art. 86, da Lei nº 8.213/91.

Ao contrário do assentado pela recorrente, os documentos acostados pelo autor e já mencionados acima, revelam a exigência legal para a concessão na forma pretendida. Ademais, a própria recorrente através do documento de fls. 122/123 (solicitação de Readaptação Profissional), reconhece ser contraindicadas ao autor atividades que exijam carregamento de peso, longo período sentado, atividades repetitivas com membro superiores, inclusive, o INSS lhe concedeu o Certificado de Habilitação para a função de Agente de Portaria.

Assim, tem-se que as provas dos autos se confrontam com a conclusão a que chegaram o perito do juízo e o assistente da Autarquia Federal, devendo, portanto, serem acolhidas nos exatos termos da decisão terminativa.

Por fim, não há que se falar na concessão do benefício de auxílio-acidente a partir da data de apresentação do laudo em juízo. Apreciando a matéria no Recurso Especial processado nos termos do art. 543-C do CPC, o Superior Tribunal de Justiça, assim pacificou:

*"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. TERMO INICIAL. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL PROCESADO NOS TERMOS DO ART. 543-C DO CPC COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. 1. A Terceira Seção, ao apreciar recurso especial processado nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil, reafirmou entendimento de que, havendo indeferimento dos benefícios previdenciários de auxílio-acidente, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez no âmbito*



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
Desembargador Substituto Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

*administrativo, termo inicial fixar-se-á na data do requerimento. 2. Agravo regimental improvido". (AgRg no REsp 1.21.57/SP, 5ª Turma, Relator Ministro Jorge Mussi, Dje 26/09/2011)*

Com efeito, diante do acima exposto, voto no sentido de negar provimento ao presente recurso de agravo.

É como voto.

Recife, 18 de 09 de \_\_\_\_\_.

Des. José Ivo de Paula Guimarães  
Relator



3280

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 18.09.2014  
AGRAVO NA APELAÇÃO Nº. 340808-4 – RECIFE  
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS  
AGRAVADO: EDVÂNIO NONATO DA SILVA  
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 321 A 324 v DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE)

Diz respeito a um auxílio-acidente. É aquela mesma decisão que Vossa Excelência proferiu na anterior, não é isso?

---

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

Na anterior. A minha posição é de privilegiar o laudo oficial, entendeu? Na minha convicção, por reputar, eu, pelo menos, reputo mais isento de parcialidade em relação aos documentos médicos trazidos pela parte.

Então, por esse motivo, como eu tenho adotado essa forma de decidir, e, é evidente, respeitando as posições em contrário, eu voto pelo provimento.

---

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE)

Pois não.

Eu também peço licença a Vossa Excelência, já havia julgado na anterior, eu tenho o mesmo entendimento do desembargador José Ivo.

---

DECISÃO:

“POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO, VENCIDO O EXCELENTÍSSIMO SR. DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES”.

---